

DE PAISAGEM A PATRIMÓNIO - A CLASSIFICAÇÃO COMO PROCESSO DE
MUSEALIZAÇÃO DA PAISAGEM
FROM LANDSCAPE TO HERITAGE - LISTING AS A MUSEALISATION PROCESS
OF LANDSCAPE

Natália Fauvrelle

Resumo

Este artigo pretende abordar as questões em torno da patrimonialização/musealização da paisagem, reflexão que surge a propósito de um estudo mais alargado sobre a paisagem do vinho na região do Douro, tema da investigação de doutoramento que se encontra em curso. Sendo a paisagem um artefacto vivo e em constante transformação, por resultar de uma atividade económica, levanta-se a questão “porque se valoriza e patrimonializa um bem que resulta da atividade diária de uma região?”. Partindo desta interrogação, pretende-se discutir os conceitos de classificação, patrimonialização e musealização, tendo em conta o papel da memória e a valorização dos elementos da cultura material. Ao mesmo tempo, interessa perceber se há uma distinção entre os conceitos de patrimonialização e musealização tendo em consideração o papel dos museus na sociedade atual.

Palavras-chave: Paisagem, Musealização, Patrimonialização

Abstract

This paper focus on the musealisation of the landscape, which is part of a larger PhD study on Alto Douro Winescape. The principal objective is to examine why do we value and musealise a living artifact in constant changing and resulting of an economic activity with regional importance. The aspects explored are heritage construction and musealisation considering the importance of memory and the value of the material culture. We also explore the concepts of ‘heritagisation’ and ‘musealisation’ considering the role of museums in contemporary society.

Keywords: Landscape, Musealisation, ‘Heritagisation’

A paisagem do Alto Douro Vinhateiro (ADV) está classificada como Património Mundial desde 2001, na categoria de “paisagem cultural evolutiva e viva”, abrangendo uma área representativa da Região Demarcada do Douro. Dentro desta delimitação tudo testemunha a mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo, uma obra: “resultante de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos de especiais potencialidades para a produção de vinhos de qualidade e tipicidade mundialmente reconhecidas” (Aguiar 2000, 7).

Os testemunhos dessa realidade inscrevem-se no próprio território, uma vez que, dadas as características montanhosas da região duriense, foi necessário transformar as encostas para que o cultivo da vinha fosse possível, construindo-se socacos de pedra para sustentar o solo criado pelo Homem. Além dos muros, que alteraram profundamente a configuração natural do território, o viticultor duriense acrescentou outros elementos, como os diferentes edifícios de apoio à atividade agrícola, pomares, bordaduras de árvores, construções de água, etc. Todas estas estruturas, que fazem (ou faziam) parte do quotidiano dos trabalhadores agrícolas, integram a paisagem, sendo agora considerados património. Por inerência, também se patrimonializam os conhecimentos que suportam a atividade agrícola e a manutenção dos bens construídos, os saber-fazer tradicionais.

Perante esta visão totalizante do património, a principal questão que se põe é perceber como se chegou aqui, porque se valoriza desta forma um elemento vivo, a paisagem, que, ainda que conserve elementos do passado, está em constante transformação. O foco central deste artigo é o processo de musealização da paisagem enquanto artefacto, não cabendo aqui a análise do caso concreto da paisagem do Alto Douro Vinhateiro. Tal obrigaria a uma análise mais profunda quer do conceito paisagem, quer do caso de estudo Douro, temas que estamos desenvolvendo na tese de doutoramento.

Esta interrogação situa-se numa linha de pensamento crítico sobre o património, que tenta perceber o “porquê” e o “como” algumas coisas se transformaram em património, e quais as suas consequências (Macdonald 2013, 17). Esta perspetiva teórica (critical heritage studies) é apresentada em oposição às abordagens mais tradicionais, centradas na materialidade do património e num discurso eurocêntrico, o chamado “authorised heritage discourse”, termo introduzido por Laurajane Smith (2006) (Sjöholm 2013, 14). Esta oposição fomenta um interessante debate, mas que não será visto como uma discórdia no contexto em estudo e sim como uma forma de complementar duas visões.

Parece implícito que, ao se classificar qualquer tipo de património, este é inserido numa lista que foi sancionada por uma retórica política, social e económica, cuja orientação se enquadra no paradigma civilizacional ocidental, que não é universal - o tema que se trata, uma paisagem cultural europeia, aplica esse padrão.

Tendo esta questão presente, neste artigo procura-se perceber como a paisagem se transformou em património, como se configurou o conceito patrimonial “paisagem” e os contextos em que se insere essa construção. Para tal, analisaram-se os diferentes normativos publicados pelos principais organismos internacionais (UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa), cuja ação doutrinária tem grande influência internacional e, particularmente, europeia. A sua leitura permitiu avaliar as motivações subjacentes a cada documento, bem como os conceitos de património emanados, percebendo-se a evolução da ideologia que suportou a patrimonialização da paisagem.

De acordo com Rodney Harrison (2013), o termo “patrimonialização” (em inglês “heritagisation”) é usado por Kevin Walsh (1992) referindo-se ao “processo através do qual objetos e locais são transformados de “coisas funcionais” em objetos de exibição e exposição” (Harrison 2013, 69). Este autor alarga o conceito a novas categorias espaciais, como o património industrial, cuja exibição é *in situ* e não num espaço específico como o museu. Por outro lado, Sharon Macdonald emprega o termo “musealização” (em inglês “musealisation”), no sentido usado por Ritter, em 1963, para “descrever como o passado, que antes foi tradição e parte da vida, entra na modernidade para ser institucionalizado” (Macdonald 2013, 138). Ainda que fale em museus, notando a proliferação dos mesmos associados a uma acelerada institucionalização do passado, a autora não especifica um tipo de património ao qual se aplique o termo, falando genericamente em património. Para Macdonald (2013, 138) a musealização “pode ser vista como uma âncora temporal perante o desaparecimento da tradição e o desconforto trazido pelas rápidas mudanças tecnológicas”.

Neste sentido, é compreensível que os termos “musealização” e “patrimonialização” sejam muito próximos, e, por vezes, usados indistintamente, já que ambos se referem a um processo de valorização cultural e institucionalização de diferentes criações humanas, sejam objetos, espaços ou ideias. Se inicialmente o termo “patrimonialização” começou por ser utilizado em objetos, e portanto associado aos museus para onde os mesmos eram levados, com a evolução recente da própria noção de património, este passou a cobrir uma série de locais, como o próprio Harrison (2013) indica, enquadrando-se neste processo

a paisagem. Sjöholm sublinha esta ideia ao afirmar que “heritagisation” “pode ser definido com um processo em que algo, como edifícios e ambientes construídos, se transforma em património” (Sjöholm 2013, 13).

O termo “musealização” tem o mesmo significado, ainda que a raiz da palavra o associe ao mundo dos museus. É importante notar que os museus deixaram de ser meros espaços de objetos, alargando a sua ação a um cada vez maior leque de patrimónios, acompanhando também a evolução do pensamento contemporâneo sobre o passado e a cultura material (a valorização da paisagem no quadro museal enquadra-se no movimento da ecomuseologia, em que a coleção do museu passa a ser o próprio território, a realidade). Por outro lado, a abordagem proposta por Macdonald enfatiza o facto de o património ter como principal característica o ser “visitável”, o que o torna mais próximo da realidade dos museus, onde se interpretam os artefactos antes de os apresentar ao público.

Neste sentido, no presente artigo empregam-se os termos como sinónimos, embora se considere que “patrimonialização” esteja mais próximo do processo teórico de passagem de um artefacto, espaço ou ideia a património, e “musealização” se associe à interpretação desse mesmo artefacto, espaço ou ideia através dos mais diferentes meios de comunicação.

A patrimonialização/musealização é um fenómeno paradoxal da sociedade contemporânea, que ao consumo rápido e à urgência de inovação e renovação constante, soma um sentimento urgente de conservação do passado, tornando-o parte da construção do presente. Os museus são um exemplo desta cultura de permanência, quando vistos como espaços de “eterno presente” (Pereiro Pérez 1999, 98). Ao serem incorporados num museu, os objetos de uso quotidiano ganham um estatuto especial, “de certa forma estão sacralizados” (Macdonald 2013, 148).

Este fenómeno de institucionalização da tradição, da memória, também se consegue com a classificação e outras práticas de proteção e conservação, a que Barbara Kirshenblatt-Gimblett nomeia de “operações metaculturais” (apud Macdonald 2013). São elas que conferem ao artefacto/espaço/ideia protegido(s) uma aura particular de passado-presente, independentemente de estar ou não num museu, uma vez que o património pode ser “visitado” de muitas formas. Segundo Harrison (2013, 28), estas operações inscrevem-se como “parte integrante do que significa ser moderno”, entendendo o autor por “ser moderno” “o conjunto de ideias e condições sociais e económicas que emergiram no decurso do Iluminismo” (Harrison 2013, 23).

A classificação surge como instrumento utilizado pelos Estados para reconhecer o valor cultural do seu património, daquilo que os distingue enquanto nação. Ora o conceito do que é ou não património alterou-se profundamente e, de uma conceção monumentalista e patriótica, evoluiu-se para uma visão globalizante, abarcando os mais diferentes sectores da vida atual – deixam de se considerar, apenas, os monumentos isolados e marcantes, para valorizar o espaço urbano e rural, a paisagem, os objetos da vida quotidiana, o imaterial. Além da consideração de diferentes tipos de bens, assistimos também a um alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas em que esses bens se inscrevem (Choay 1996, 10) – dada a voracidade do desenvolvimento contemporâneo, em que os bens rapidamente se tornam obsoletos, os bens patrimonializáveis deixaram de pertencer a um passado distante para poderem ser produto de um tempo muito recente.

Também a definição de património evoluiu, não se centrando apenas no objeto ou espaço em si e nos seus valores materiais, que serão revelados se corretamente investigados, dependendo a sua validade do reconhecimento dado pelos peritos. Advoga-se uma conceção do património em que os valores atribuídos dependem do enquadramento espacial e temporal, sendo o património uma construção cultural e social (Harrison 2013, Sjöholm 2013). Mais do que passado, o património é a utilização do passado no presente de acordo com as necessidades de cada momento.

Apoiando-se em Gibson, Pendlebury 2009, Jenine Sjöholm defende que o património pode ter significados diferentes, de acordo com o posicionamento de cada um na sociedade – são assim respeitados aspetos como a etnia, a religião, o grupo social, etc., cujo posicionamento perante o passado condiciona a perceção do que é ou não património (Sjöholm 2013, 13). Aliás, esta visão do património está já refletida na *Carta de Cracóvia*, onde se define património como “conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e especificação do património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores” (Aa.Vv. 2000).

Torna-se assim importante perceber por que se patrimonializa e quais os usos posteriores do património, uma vez que a valorização tem por si só uma forte implicação ideológica dentro de uma comunidade (Agudo Torrico e Fernández de Paz 1999, 7). No caso da paisagem do Douro, pela importância da vitivinicultura na formação e manutenção do território, as implicações na vida da comunidade que aí habita são ainda maiores.

A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO NOS NORMATIVOS INTERNACIONAIS

Entende-se por normativos internacionais as principais cartas, convenções e recomendações produzidas pela UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa, cuja matriz doutrinária constitui uma referência no sector cultural europeu. Consultaram-se as cartas publicadas em (Lopes 1996) bem como nos *sites* dos organismos indicados.

As primeiras normas internacionais relativas ao património emergem da destruição causada pelas guerras do início do século XX, tendo como fundo doutrinário o conceito monumental de património herdado do romantismo oitocentista. Assim, a *Carta de Atenas*, de 1931, promovida pelo Serviço Internacional de Museus, um organismo da Sociedade das Nações, fala em “monumentos históricos” e em “monumentos de interesse histórico, artístico ou científico”, havendo uma preocupação com a preservação da “envolvente” e também de certas “perspectivas particularmente pitorescas”.

A mesma visão monumentalista do património é expressa na *Convenção de Haia* (1954), documento para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado promovido pela UNESCO. Nele se definem as noções de bem cultural, incluindo “bens móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos”, os “sítios arqueológicos” e outras categorias de bens móveis cuja salvaguarda também inclui os edifícios de proteção da cultura, como os museus. Nesse mesmo ano, o Conselho da Europa aprova a *Convenção de Paris*, cujo mote principal é “a salvaguarda e a promoção dos ideais e dos princípios” europeus, base do seu património comum, fomentando “o estudo das línguas, da história e da civilização”. Em nenhum dos documentos se fala na paisagem ou em elementos naturais, evidenciando-se um conceito de “universalidade” do património traçado dentro da própria construção europeia como projeto político.

Na década seguinte nota-se uma mudança conceptual quer sobre o património, quer sobre as doutrinas de preservação, expressas na *Carta de Veneza*, de 1964. Este documento, cujo tema central é a conservação e o restauro, define “monumento histórico” de forma mais global, incluindo não só os monumentos isolados, mas os sítios, urbanos ou rurais, que testemunhem “uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico”, abarcando não apenas as grandes criações, como as mais modestas que adquiriram “significado cultural”. Nota-se uma evolução do conceito de

património, mas ainda assim as obras monumentais ocupam um lugar central, como elementos transmissores de uma “mensagem espiritual do passado”, sendo “testemunhos vivos” de tradições seculares.

Esta visão mais alargada de monumento não inclui a paisagem, ainda que dois anos antes, em 1962, a UNESCO aprovasse a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, documento pioneiro na proteção dos sítios naturais ou criados pelo Homem. O entendimento da paisagem, como valor civilizacional, associa-se ao crescimento de uma doutrina ecologista, que reconhece as repercussões da vida contemporânea quer no valor estético da paisagem, quer no interesse cultural e científico da vida selvagem. As necessidades crescentes da vida coletiva e o rápido desenvolvimento técnico aceleraram o processo de alteração da paisagem com o arroteamento de terras, o crescimento desordenado dos aglomerados, a realização de grandes obras e planos de ordenamento industrial e comercial (Unesco 1962).

O objetivo da recomendação é preservar o “carácter estético ou pitoresco dos lugares” e das paisagens “que apresentem um interesse cultural ou estético ou que constituam meios naturais característicos”. A paisagem é entendida como “um poderoso regenerador físico, moral e espiritual, contribuindo para a vida artística e cultural dos povos”. É igualmente vista como “um fator importante da vida económica e social de um grande número de países”. Esta visão nasce associada aos movimentos ecologistas de proteção da paisagem e da natureza, mas também ao ordenamento do território e ao desenvolvimento turístico, organismos implicados na preservação e salvaguarda da paisagem face ao desenvolvimento. Talvez por isso seja notória a atenção dada à paisagem urbana, ameaçada pela especulação imobiliária e por novas construções, preocupação que se insere nos problemas de grande crescimento urbano da época que desequilibrou as áreas circundantes dos monumentos.

A transformação veloz “da vida social e económica” como fator de degradação ou desaparecimento do património continua a justificar a publicação de novos documentos na década de 1970, alterando-se, progressivamente, a noção de património. Assim, logo em 1972, a UNESCO promove a *Convenção do Património Mundial*, em Paris, na qual se repartem os bens culturais pelas categorias “monumentos”, “conjuntos” e “sítios”. Pioneiramente passa a considerar-se o valor do património natural, passando o património cultural a incluir as obras combinadas do Homem e da Natureza, na categoria “sítios”. A valorização abarca não só os valores tradicionais da história e da estética, mas

também da etnologia e da antropologia. Deste documento emana, igualmente, o reconhecimento do património como algo importante a uma escala mundial, sendo os bens “únicos” e “insubstituíveis”, independentemente do povo a que pertencem. Há, por isso, uma visão global para a proteção do património de “valor universal excepcional”, cabendo esse papel à comunidade internacional e a cada Estado, que deve assegurar a sua transmissão para as gerações futuras. Esta estrutura configurará o pensamento patrimonial durante as próximas décadas dos séculos XX e XXI.

As cartas publicadas em 1975 pelo Conselho da Europa (*Carta Europeia do Património Arquitectónico*, Amesterdão) e em 1976 pelo ICOMOS (*Carta do Turismo Cultural*), pela UNESCO (*Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu papel na vida contemporânea*, Nairobi) e pelo Conselho da Europa (*Apelo de Granada sobre a Arquitetura Rural e o Ordenamento do Território*), refletem já esta categorização e as preocupações com a evolução da vida contemporânea, alertando nomeadamente para os perigos de “uniformização e despersonalização” da época (Unesco 1976) ou o desenvolvimento industrial da agricultura, o abandono de um meio agrícola pouco rentável e os desequilíbrios ecológicos (Conselho da Europa 1976).

Em termos conceptuais, a Carta de Amesterdão (1975) reconhece que, durante muito tempo, se olhou para o monumento isolado e para as obras maiores, sem se ter em conta o enquadramento, o que significa a perda de uma parte do seu carácter. Dá-se, assim, importância à manutenção do património na sociedade contemporânea em mudança, referindo-o como “um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do Homem” ou como uma “parte essencial da memória do Homem atual e que deve ser transmitida às gerações futuras”, sob pena da humanidade se ver “amputada de parte da consciência da sua própria duração”.

Relativamente ao património natural, há um alargamento explícito do conceito, procurando considerar-se o património na sua globalidade, incluindo as “atividades humanas” (Unesco 1976). Todavia, o que transparece das reflexões constantes de cada documento é uma preocupação com as construções urbanísticas e a sua unidade. Mesmo o *Apelo de Granada*, relativo à arquitetura rural, centra as suas preocupações nas ameaças às construções rurais e à sua paisagem, ou seja, a paisagem é o enquadramento da arquitetura - fala-se em “meio natural europeu”, passando a sua preservação pelo uso do património arquitectónico rural, que está “intimamente ligado às paisagens humanizadas”.

Indicam-se, ainda, diferentes tipos de património relacionados com as atividades desenvolvidas no território e a forma “coerente” como se integram na paisagem, sendo mais do que valores estéticos, pois testemunham um saber secular. Um aspeto interessante reside na metodologia de trabalho de campo, em que se aconselha “a análise da estrutura histórica da paisagem” na descrição dos locais, isto a par de fichas individuais para cada construção. Não é ainda expresso o conceito de “paisagem cultural”, mas semeiam-se as suas bases.

Logo no início dos anos 80 o ICOMOS, em conjunto com a International Federation for Landscape Architects (IFLA), propõe a *Carta de Florença sobre os Jardins Históricos* (1981) – coloca-se o jardim histórico ao nível do monumento, reconhecendo-se que a sua matéria principal é viva, e por isso “perecível e renovável”, sujeita ao “ciclo das estações”. Ainda que o termo se aplique a construções de diferente tamanho (parques, pequenos jardins), o que subjaz é o lado lúdico deste espaço, associado à contemplação, ao deleite; é o “paraíso” na terra. Não há aqui lugar para a paisagem criada pela agricultura ou outras atividades produtivas, cuja função é utilitária. Paralelamente, define-se o conceito de “sítio histórico”, paisagem evocadora de um acontecimento de grande importância, permitindo que ambos integrem a lista do Património Mundial.

A ambiguidade do conceito proposto e a necessidade de incluir a paisagem não como envolvente mas como património, em perigo “devido às mudanças de padrão na atividade económica e o impacto da poluição”, como referido no *Simpósio de Cracóvia* (1991), obrigará a uma mudança ideológica que se impõe a partir de 1992, com a revisão dos critérios de inclusão na lista do Património Mundial da UNESCO, que passa a considerar a paisagem cultural, dividida em três categorias:

- a paisagem intencionalmente concebida e criada pelo homem (como jardins e parques);
- a paisagem essencialmente evolutiva, subdividida nas categorias de viva ou fóssil;
- a paisagem cultural associativa (associada a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais) (Unesco 2013).

A categoria foi criada pelo Comité do Património Mundial, de modo a permitir a classificação de locais que não encaixavam nos critérios existentes, mas cujo valor era reconhecido. O conceito adotado baseia-se no facto de essa paisagem “ser maior do que a soma das suas partes” (Fowler 2003, 18). O património

deixou, definitivamente, de ser apenas monumental, um ponto assinalado numa carta, para abarcar toda a interferência humana no território, passada e presente.

De acordo com Fowler (2003), as origens do termo “paisagem cultural” remontam aos historiadores alemães e aos geógrafos franceses de meados do século XIX, mas a sua conceptualização, datada das décadas de 1920 / 1930, deve-se ao geógrafo Carl Sauer, da Universidade de Berkeley. De facto, foi no meio académico que o conceito se difundiu ao longo do século XX, particularmente associado à geografia, disciplina a quem interessa a interação entre Homem e Natureza. A criação da categoria pela UNESCO fomentou a expansão do estudo teórico do conceito e a sua aplicação ao património cultural. Ao mesmo tempo, o número de locais classificados não parou de crescer, estando atualmente listados pela UNESCO 85 bens Património Mundial na categoria de paisagem cultural (disponível em Cultural Landscapes in <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>).

A paisagem ganhou força como património desde então. A testemunhá-lo está a *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada pelo Conselho da Europa em 2000, onde a paisagem se impõe na construção do património natural e cultural europeu, desempenhando “uma importante função de interesse público no âmbito cultural, ecológico, ambiental e social” (Europe 2000, 3).

Curiosamente, ainda que a legislação portuguesa tenha assimilado os diferentes normativos e seja sensível às questões da paisagem, dedicando-lhe a Direção Geral do Património Cultural um apartado próprio na sua página web (disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/>), o inventário do Património Imóvel Classificado, onde se insere a paisagem, reflete ainda uma visão tradicional de património. Os bens são agregados em tipologias nas quais os bens paisagísticos como jardins ou paisagens têm de encaixar. Se os jardins aparecem a maior parte das vezes agregados aos edifícios classificados, como palácios, quintas ou solares, elementos da “Arquitetura Civil”, as paisagens culturais não são classificadas tipologicamente, o que dificulta a sua procura dentro do inventário (as tipologias disponíveis no inventário são: Arqueologia, Arquitetura Civil, Arquitetura Militar, Arquitetura mista, Arquitetura Religiosa, Não definida e Património Industrial). Acresce que as paisagens culturais classificadas são apenas as que pertencem à lista do Património Mundial. Perante esta realidade, levanta-se a questão sobre a capacidade da política de classificação nacional validar a patrimonialização de bens paisagísticos do mesmo modo que outros bens, construídos de matérias mais perenes e em que é possível contornar a ação

do tempo através de políticas de conservação já testadas. À parte as questões ideológicas, o recente caso em torno dos brasões do jardim da Praça do Império, em Belém, é um bom testemunho das fragilidades a que está sujeito o património paisagístico em Portugal.

CONCLUSÃO

Da análise dos normativos, verifica-se que a evolução do conceito de “património” tendeu para um alargamento daquilo que se valoriza, baseado sobretudo num sentimento de urgente preservação perante mudanças drásticas resultantes dos modos vida contemporâneos e da forma como estes afetam os vestígios do passado e o território. Estes vestígios estão associados à memória coletiva, às “representações do passado que de algum modo reivindicam a partilha” através de diferentes média culturais como os museus, as exposições, a televisão (Macdonald 2013, 15). Neste ponto de vista, a memória tem um papel decisivo sobre o que deve ou não ser partilhado, o que deve ou não ser lembrado e, em última instância, dita o que deve ser património.

Assim, no caso da paisagem ao valor intrínseco dos lugares para a memória de uma região ou de um país, soma-se muitas vezes a urgência de preservar marcas específicas no espaço de uma cultura, de um saber-fazer, de um produto, ameaçados pela mudança da contemporaneidade. A classificação, e com ela a musealização, possibilitam uma experiência multissensorial do passado que o património permite, tornando-se presente através dos cheiros, dos sons, dos sabores, das vistas (Macdonald 2013, 235). Nesse sentido, a paisagem é dos “artefactos” mais poderosos para tornar o passado presente, particularmente por ser um organismo vivo, em constante evolução, dada a mutabilidade da matéria que o constitui, mas que acumula as marcas da passagem do tempo.

BIBLIOGRAFIA

Aa.Vv. 2000. *Carta de Cracóvia*. Lisboa: DGEMN.

Agudo Torrico, Juan e Fernández de Paz, Esther. 1999. *Patrimonio cultural y museología: significados e contenido. Paper read at Patrimonio Cultural y Museología: significados y contenidos*. Actas del VIII Congreso de Antropología, at Santiago de Compostela, 20-24 de septiembre 1999.

AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.). 2000. *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: FRAH.

- Choay, Françoise. 1996. *L'Allégorie du patrimoine*. 2.^a ed. Paris: Éditions du Seuil.
- Europe, Council of. 2000. *European Landscape Convention*. Florence: Council of Europe.
- Fowler, P. J. 2003. *World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*, World Heritage papers. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- Harrison, Rodney. 2013. *Heritage: critical approaches*. New York: Routledge.
- Lopes, Flávio (coord.). 1996. *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR.
- Macdonald, Sharon. 2013. *Memorylands: Heritage and identity in Europe today*. Oxon, UK: Routledge.
- Pereiro Pérez, Gerardo. 1999. *Patrimonialización, museos e arquitectura: o caso de Allariz*. In *Patrimonio Cultural y Museología: significados y contenidos*. Actas del VIII Congreso de Antropología, edited by Juan Agudo, Torrico e Esther, Fernández de Paz. Santiago de Compostela, 20-24 de septiembre 1999: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español; Asociación Galega de Antropoloxía.
- Sjöholm, Jenine. 2013. *Heritagisation of built environments: a study of the urban transformation in Kiruna, Sweden*, Department of Civil, Environmental and Natural Resources Engineering. Division of Architecture and Water, Luleå tekniska universitet, Luleå.
- Unesco. 1962. "Recommandation concernant la sauvegarde de la beauté et du caractère des paysages et des sites." In *Actes de la conférence générale (145-148)*. Paris: UNESCO.
- Unesco. 2013. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/>.